

O CONCEITO DE SÍLABA NAS GRAMÁTICAS DE NEBRIJA (1492) E DE ANCHIETA (1595)

The concept of syllable in the grammars of Nebrija (1492) and Anchieta (1595)

DOI: 10.14393/LL63-v42-2026-12

Melyssa Cardozo Silva dos Santos*

RESUMO: O conceito de sílaba esteve presente na metalinguagem ocidental desde as primeiras gramáticas vernaculares do contexto renascentista. Logo, o valor historiográfico desse metatermo no processo de gramatização ocidental é patente, pelo fato de que as “gramáticas latinas estendidas”, conforme a teorização de Auroux (1992), adotaram um padrão de metalinguagem muito aproximado, derivado da gramática latina, e a “*syllaba*” (sílabas) era uma das unidades dessa gramática, sempre vinculada ao campo descritivo da prosódia, os sons da língua do sistema latino, cujos grafemas eram adaptados à descrição dos sons de línguas vernáculas diversas. O metatermo sílaba foi empregado em praticamente todo o *corpus* de gramáticas do período, e no estudo analisamos esse fato linguístico em duas obras gramaticais: a Gramática castellana (1492), de Antonio de Nebrija (1444-1522) e a Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595), de José de Anchieta (1534-1597).

PALAVRAS-CHAVE: Anchieta. Conceito de sílaba. Nebrija. Gramaticografia. Prosódia.

ABSTRACT: The concept of the syllable has been present in Western metalanguage since the first vernacular grammars of the Renaissance context. Thus, the historiographical value of this metaterm in the process of Western grammaticization is evident, given that the "extended Latin grammars," according to Auroux's (1992) theory, adopted a metalanguage standard very similar to that derived from Latin grammar, and the "*syllaba*" (syllable) was one of the units of this grammar, always linked to the descriptive field of prosody, the sounds of the language system in Latin, whose graphemes were adapted to describe the sounds of various vernacular languages. The metaterm "syllable" was used in almost the entire corpus of grammars from this period, and in this study, we analyze this linguistic fact in two grammatical works: *Gramática castellana* (1492) by Antonio de Nebrija (1444-1522) and *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595) by José de Anchieta (1534-1597).

KEYWORDS: Anchieta. Concept of syllable. Nebrija. Grammaticography. Prosody.

* Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Substituta de Crítica Textual da UFF. ORCID: 0000-0003-0279-1611. E-mail: cardozomelyssa(AT)id.uff.br.

1 Introdução

O conceito de sílaba esteve presente na metalinguagem ocidental desde as primeiras gramáticas vernaculares do contexto renascentista. Logo, o valor historiográfico desse metatermo no processo de gramatização ocidental é patente, pelo fato de que as “gramáticas latinas estendidas”, conforme a teorização de Auroux (1992), adotaram um padrão de metalinguagem muito aproximado, derivado da gramática latina, e a “*syllaba*” (sílabas) era uma das unidades dessa gramática, sempre vinculada ao campo descritivo da prosódia, os sons da língua do sistema latino, cujos grafemas eram adaptados à descrição dos sons de línguas vernáculas diversas. O metatermo sílaba foi empregado em praticamente todo o corpus de gramáticas do período, e no estudo analisamos esse fato linguístico em duas obras gramaticais, a *Gramática castellana* (1744-1747 [1492]), de Antonio de Nebrija (1444-1522) e a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1990 [1595]), de José de Anchieta (1534-1597).

O processo de gramatização desenvolvido pelos humanistas, nos séculos XV e XVI, foi considerado por Auroux (1992) como a segunda revolução tecnológica do pensamento linguístico, em um período de difusão da metalinguagem no contexto ocidental. A primeira revolução, pois, foi a difusão da escrita em língua grega na antiga Hélade, na Atenas do século V AEC, o período de Platão (428-347 AEC) em que houve: “uma mudança de estatuto do texto escrito, quando na virada do século V, na Grécia, este último deixa de ser um simples suporte mnemônico do oral para se tornar o objeto de uma verdadeira leitura” (Auroux, 1992, p. 23). A característica principal da segunda revolução tecnológica da gramatização é justamente a tradução e adaptação da metalinguagem gramatical latina para as línguas vernaculares diversas.

Esse processo é encontrado na obra do humanista Nebrija, um dos mais influentes do período. Tendo estudado nas Universidades de Salamanca e de Bologna, bebeu da fonte dos humanistas itálicos e auxiliou ao processo de gramatização do castelhano com duas obras gramaticais fundamentais: as *Introductiones Latinae* (1981 [1481]) e a *Gramática castellana* (1744-1747 [1492]). Para Auroux (1992), o “fundo latino” das gramáticas renascentistas deriva de uma técnica que foi empregada na adaptação da metalinguagem aos vernáculos que ocorria pela tradução das gramáticas de latim para diversas línguas em contraste, que absorvem assim

uma “latinidade”, mesmo que por vias indiretas da gramatização, como no caso da obra gramatical de Anchieta:

Esse processo [...] não se limitou ao latim, ainda que a tradução de gramáticas latinas seja muito geralmente uma das principais fontes de gramatização dos vernáculos. A gramatização (a base do latim) de um vernáculo europeu pode igualmente servir de ponto de partida para uma outra língua e lhe transmitir sua ‘latinidade’. Para os hispanofones as obras de Nebrija vão desempenhar esse papel [...] (Auroux, 1992, p. 44).

Podemos notar que a gramática da língua espanhola de Nebrija (1744-1747 [1492]) deriva, de certa forma, da tradução de sua gramática latina (Nebrija, 1981 [1481]), não sendo, porém, uma mera tradução, mas antes uma adaptação da metalinguagem ao vernáculo. Esse processo de recriação de uma metalinguagem na língua espanhola abriu o caminho para a gramatização de outros vernáculos, sobretudo no contexto das línguas românicas europeias, como a língua portuguesa, com as obras de Fernão de Oliveira (2013 [1536]) e de João de Barros (1971 [1540]) (Buescu, 1984; Ascencio; Gonçalves, 2015). A obra gramatical de Nebrija (1744-1747 [1492]), que empregamos em nosso estudo, está no “horizonte de retrospectção” (Auroux, 1992) de Anchieta (Zwartjes, 2011), e é um texto importante no cânone educacional ibérico, relativo à educação humanística dos reinos da Espanha e de Portugal à época em que Anchieta, missionário jesuíta e humanista do Renascimento, teve uma estadia do Colégio das Artes de Coimbra, entre 1548 e 1553, antes de ter sido enviado ao Brasil, com a missão de alfabetizar crianças indígenas. A gramática de Anchieta não apresenta uma teorização própria do conceito de sílaba, mas antes o emprego direto do metatermo, que foi adaptado da tradição ocidental para a transcrição dos sons da língua tupinambá em caracteres latinos, no processo de gramatização empreendido sobre a língua indígena do Brasil, a mais empregada à época quinhentista na costa litorânea do território (Kaltner, 2020).

O conceito humanístico de sílaba guarda também algumas nuances em sua teorização, como veremos, pelo fato de estar vinculado não só à transcrição da fala das línguas naturais, mas também à poesia e à métrica poética, uma questão específica da prosódia, que serviu a Anchieta para compor textos poéticos e dramáticos na língua tupi, além da transcrição gramatical da língua indígena. Nesse sentido, o conceito de sílaba é fundamental por tratar da dimensão dos sons das línguas no contexto renascentista, sendo, por sua vez, um modo não só

de descrição das línguas, mas também um modo de marcar a possível influência de uma língua sobre outra, isto é, favorecer o processo de gramatização e transmissão da latinidade, na teorização de Auroux (1992).

2 O conceito de sílaba na *Gramática castellana* (1492)

Das duas gramáticas selecionadas como *corpus* deste artigo, a obra gramatical de Nebrija (1744-1747 [1492]) é a que dedica um espaço ao debate teórico sobre o metatermo sílaba, apresentando-se sua descrição gramatical do conceito como um verdadeiro tratado sobre a prosódia da língua espanhola em uma perspectiva contrastiva com a gramática latina. Essa referência ocorre no “*Libro segundo, en que trata de la prosodia et sílaba*” (Livro segundo em que se trata da prosódia e da sílaba) (Nebrija, 1744-1747 [1492], fol. 16v-27v), da gramática, que se divide, por sua vez, em dez capítulos, com temáticas diversas. O livro segundo sobre a sílaba é antecedido pelo livro primeiro sobre a letra, e sucedido pelo livro terceiro sobre a etimologia e a “*dicion*” (dição, a palavra).

Os dez capítulos do livro segundo da gramática dividem-se da seguinte forma, em relação aos temas gramaticais (Nebrija, 1744-1747 [1492]): *CAP. I, de los accidentes de la sílaba* (Capítulo I – os acidentes da sílaba), *CAP. II, de los acentos que tiene la lengua castellana* (Capítulo II – os acentos que têm a língua castelhana), *CAP. III, en que pone reglas particulares del acento del verbo* (Capítulo III – em que se põe regras particulares das outras partes da oração), *CAP. IIII, en que pone reglas particulares de las otras partes de la oración* (Capítulo IV – em que se põem regras particulares de outras partes da oração), *CAP. V, de los pies que miden los versos* (Capítulo V – dos pés que se medem os versos), *CAP. VI, de los consonantes, et cuál et qué cosa es consonante en la copla* (Capítulo VI – das consoantes, e qual e que coisa é uma consoante em uma copla), *CAP. VII, de la sinalepha et apretamiento de las vocales* (Capítulo VII – da sinalefa e apertamento das vogais), *CAP. VIII, de los géneros de los versos que están en el uso de la lengua castellana, et primero de los versos iâmbicos* (Capítulo VIII – dos gêneros de versos que estão em uso na língua castelhana, e primeiro os versos iâmbicos), *CAP. IX, de los versos adónicos* (Capítulo IX – dos versos adônicos), *CAP. X, de las coplas del castellano et cómo se componen de los versos* (Capítulo X – das coplas do castelhano e como se compõem os versos).

Quadro 1 – Os capítulos do livro 2 da gramática de Nebrija (1492).

<i>CAP. I, de los accidentes de la sílaba</i>	<i>Fol. 16v-17v</i>
<i>CAP. II, de los acentos que tiene la lengua castellana</i>	<i>Fol. 17v-18v</i>
<i>CAP. III, en que pone reglas particulares del acento del verbo</i>	<i>Fol. 18v-19r</i>
<i>CAP. IIII, en que pone reglas particulares de las otras partes de la oración</i>	<i>Fol. 19r-19v</i>
<i>CAP. V, de los pies que miden los versos</i>	<i>Fol. 19v-20r</i>
<i>CAP. VI, de los consonantes, et cuál et qué cosa es consonante en la copla</i>	<i>Fol. 20r-21v</i>
<i>CAP. VII, de la sinalepha et apretamiento de las vocales</i>	<i>Fol. 21v-22v</i>
<i>CAP. VIII, de los géneros de los versos que están en el uso de la lengua castellana, et primero de los versos iâmbicos</i>	<i>Fol. 22v-24v</i>
<i>CAP. IX, de los versos adónicos</i>	<i>Fol. 24v-25v</i>
<i>CAP. X, de las coplas del castellano et cómo se componen de los versos</i>	<i>Fol. 25v-27v</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Os dois primeiros capítulos do livro segundo (Nebrija, 1744-1747 [1492], *fol.* 16v-18v) tratam de um tema teórico generalizado para todas as línguas descritas à época pela gramática latina: a noção de acidentes da sílaba, que eram propriedades da sílaba, e o conceito de acento, que era um elemento diferenciador entre as línguas românicas. Assim, esses três elementos teóricos se articulavam entre si em uma teoria geral da sílaba, na metalinguagem quinhentista: sílaba>(três) acidentes da sílaba>acento. Para os gramáticos gregos e latinos, uma sílaba só se formava com no mínimo uma letra consoante apoiada em uma letra vogal, os gramáticos humanistas no Renascimento questionavam o fato de uma vogal isolada não ser considerada uma sílaba, e essa foi uma das inovações teóricas entre os humanistas, sobretudo para a contagem da métrica poética.

Os capítulos três e quatro do livro segundo (Nebrija, 1744-1747 [1492], *fol.* 18v-19v) apresentam “*reglas particulares*” (regras particulares) de acentuação da língua espanhola, inicialmente na categoria dos verbos, e na sequência em outras “partes” da oração. Note-se que a acentuação se constitui como um caráter de especificação das línguas românicas em contraste com o latim, tendo em vista que as línguas românicas apresentam o caráter de um

acento de intensidade, derivado do latim vulgar, e não mais a marcação de quantidade das sílabas do latim clássico. Essa discrepância era notada pelos humanistas, ao ter que traduzir e adaptar a metalinguagem latina aos vernáculos, sendo necessário demonstrar as divergências entre o sistema latino e o sistema das línguas românicas, o que Nebrija (1744-1747 [1492]) desenvolve nesse capítulo, sob o conceito de *“reglas particulares”*, em contraste com a generalização, que era a gramática latina, por excelência, nesse período histórico quinhentista.

Do quinto capítulo ao décimo ocorre a descrição de um processo linguístico que é específico desse período histórico, o que Bagno (2023) e Aurox (1922) teorizam como a “relatinização” das línguas vernáculas, sobretudo as românicas, o que é característico do pensamento dos gramáticos humanistas, inclusive no contexto ibérico. O tema é a métrica da poética latina e a sua adaptação à poética espanhola. Todos os conceitos empregados derivavam da tradição gramatical greco-latina, sendo a unidade central *“los pies que miden los versos”* (os pés que medem os versos), e o conceito de *“coplas”*. Esse tema que parece mais vinculado à arte poética do que à gramática, propriamente dita, foi incorporado ao repertório de Nebrija (1744-1747 [1492]) que vinculava o estudo da gramática ao estudo e produção das *“coplas”* em espanhol.

3 O pensamento linguístico de Anchieta e as gramáticas de Nebrija

O contexto em que Anchieta escreveu a sua gramática, entre os anos de 1554 e 1556, no território da capitania de São Vicente, mais especificamente na localidade de Piratininga, era marcado por uma forte movimentação mercantil para a escravização de povos indígenas, dentro do projeto colonial da época. A única capitania do Sul da América portuguesa a subsistir, economicamente, foi fundada à época de Martim Afonso de Souza (1500-1564) e do chefe indígena tupi Tibiriçá (c. 1470-1562), desde a expedição de 1532. Com a aliança vital dos portugueses com os indígenas tupis, a região tornou-se um espaço de fluxo migratório de indígenas diversos escravizados, que eram levados em direção aos engenhos da capitania de Pernambuco e de outras regiões da América portuguesa, como a capital da colônia, em que habitava o governador-geral e ficava a sede do bispado, a cidade de S. Salvador (Cavaliere, 2022).

O território em que Anchieta residia era predominantemente indígena, e o missionário convivia diretamente com a comunidade formada pelos povos tupi da região, de quem aprendeu a língua, na tarefa inicial de alfabetização de crianças indígenas. O missionário, pois, não participava de expedições, as “entradas” no sertão, das guerras e do tráfico de escravizados, sendo considerado um “homem de letras” do século XVI mais do que um “homem de armas”. Sua missão de organizar “escolas de ler e escrever” entre os povos indígenas, sobretudo para os meninos, estava vinculada às atividades de subsistência de comunidades como as vilas da capitania de São Vicente, e o próprio Colégio das Artes de Piratininga, fundado em 1554, em uma construção improvisada.

Anchieta aprendeu a arte de gramática muito jovem, conforme a sua biografia, ainda nas Ilhas Canárias, um território sob tutela da coroa do reino da Espanha, teria estudado em uma escola de dominicanos na infância. Com um de seus irmãos, Pedro Nuñez, foi levado à Coimbra, em 1548, tendo atingido a fama de um bom latinista, com formação humanística, ainda à adolescência. É registrado um apelido seu à época: “canário de Coimbra”, por sua técnica de canto (Kaltner, 2020). Pela biografia de Anchieta, é muito provável que teve acesso às obras gramaticais de Nebrija, talvez inclusive em ambiente familiar, antes da estadia em Coimbra. Ao ter sido transferido em missão ao Brasil, esteve sob a direção do Pe. Manuel da Nóbrega, seu mentor na Companhia de Jesus, que era egresso da Universidade de Salamanca, e muito provavelmente também conhecedor da gramática de Nebrija, assim como o terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá.

As gramáticas de Nebrija tiveram muita influência no pensamento linguístico de Anchieta, e é possível que tenham acompanhado a sua produção intelectual e letrada na América portuguesa durante todo o seu período de atuação. Uma questão teórica e interpretativa que se abre quanto ao contexto histórico e social da gramática de Anchieta é sobre a necessidade de uma gramática em uma sociedade cuja base econômica era escravista e voltada já a produção massiva de cana-de-açúcar. O escravismo indígena não teria sido uma justificativa viável para a redação de uma gramática da língua tupinambá no Brasil do século XVI, mas as atividades de doutrinação cristã sim. A gramática de Anchieta era um instrumento de catequese quinhentista. Ainda que sua obra letrada se vinculasse ao pensamento linguístico de Nebrija, não havia um “nativismo brasílico” em seus textos, mas uma defesa irrestrita do

pensamento doutrinário cristão, conforme o adágio medieval: “*philosophia ancilla theologiae*” (a filosofia é uma escravizada da teologia) (Bagno, 2023, p. 162). Nesse sentido, podemos compreender as motivações das obras que compõem os *Monumenta Anchieta* como instrumentos de difusão da fé cristã.

4 O conceito de sílaba na gramática de Anchieta, um exemplo

O metatermo sílaba é empregado na gramática de Anchieta com a forma latina: “*syllaba*”, e não há em sua obra gramatical um capítulo específico para tratar da sílaba, mas o tema é desenvolvido, sobretudo, no segundo capítulo da gramática intitulado *Da Orthographia ou pronunciação Cap. II* (Anchieta, 1990 [1595], fol. 2r-7r). O fato linguístico mais observado por Anchieta, quanto às sílabas, é a questão da divisão silábica da língua tupinambá, em que há algumas regras específicas sobre a formação de encontros vocálicos, que podem ser “*contractos*”, isto é, sofrerem ditongação em casos específicos. Vejamos um excerto da gramática que explicita essa questão.

¶ *Oa. Oe*, femp̃re ão monofyllabos, ou contractos fe ão ãmples precedente confoante, vt coára, poéra diffyllabos. Nos præteritos tambem fe efcreue, ve, como oe, compoſto, vt *ocuéra timbuéra*, &c.

Excipe, *coema, moéma*, que ão trifyllabos, & fi quæ funt alia.

¶ O. quando he articulo do verbo, ou reciproco, claro eſta que fas hũa fyllaba por fi loo, vt *Aâr, oâr, oâra*.

¶ V. confoante não fe acha conforme â cômum, & melhor pronunciação faluo nos que mudão, o, b. em v. como os gallegos, vt pro *abâ*, dizendo, *auâ*.

¶ Conforme â ifto, vâ, vê, ão difyllabos, vt *apuâm, acuê*, trifyllabos.

Excipe os verbos acabados em, v. os quaes no gerũdio, & participios, *ára, ába*, ão contractos, vt *amopú, mopuábo, mopuára, mopuába*, trifyllabos, *Aú, vábo, vára, vába*, difyllabos.

✠ Nota que neftes acabados em, v. precedente vogal fe interpoem, g. & he melhor pronunciação, & mais facil, vt *guábo, guára, guába, aimombeú, mombeguábo, mombeguára, mombeguába*. E afſi os que tem, *gua*. não fomentes neftes gerundios & verbais fe podem efcreuer com v. ficando femp̃re contractos, como apud nos, *Agua*, & afſi fe hão de pronunciar. Mas tambem em todalas mais dições de maneira que ora fe escreuão com, *oa*, ora, com, *vâ*, femp̃re ão cõtractos, vt *jaguára*, vel *jagoara*, trifyllabum (Anchieta, 1990 [1595], fol. 4r-4v).

O primeiro fato linguístico exposto por Anchieta diz respeito ao ditongo ao e oe, que é específico da língua tupinambá em sua visão descritiva: “Oa. Oe, femp̃re ão monofyllabos, ou contractos ãe ão ãimples” (Oa e Oe sempre são monossílabos, ou contratos se são simples), não há o emprego do metatermo ditongo, mas, por adequação teórica (Koerner, 2014) podemos fazer uma equivalência com o metatermo “contractos”, que equivale a um processo de ditongação das vogais quando são “simples”, isto é, apresentam-se sem consoantes na sílaba, ao preceder consoantes também se ditongam: “precedente confoante, vt *coára, poéra* diffyllabos” (precedendo consoante, como coá-ra, poê-ra, dissílabos). O terceiro fato linguístico nesse primeiro parágrafo é a grafia dos ditongos oe e ao: “Nos præteritos tambem ãe efcreue, ve, como oe, compoito, vt *ocuéra timbuéra, &c*” (Nos pretéritos também se escreve eu, como oe composto, como ocuêra, timbuéra etc). A única exceção no registro desse ditongo da língua tupinambá são alguns vocábulos: “Excipe, *coema, moéma*, que ão trifyllabos, & ãi quæ ãunt alia.” (Exceto co-e-ma e mo-ê-ma, que são trissílabos, e assim como esses vocábulos, alguns outros). Anchieta fez um comentário sobre as regras desse encontro vocálico específico porque não existem nem em latim nem em português, ou espanhol, as línguas românicas que o missionário tomou por base para a gramatização do tupinambá.

O segundo parágrafo do excerto exprime outra regra específica: “O. quando he articulo do verbo, ou recíproco, claro ehta que fas hũa ãyllaba por ãi foo, vt *Aâr, oâr, oâra*” (O quando é artículo do verbo, ou recíproco, claro está que faz uma sílaba por si só, como a-âr, o-âr, -o-âr-a). O conceito de artículo, derivado da gramática latina, significa, por adequação teórica, sujeito pronominal, ou um pronome recíproco, isto é, que equivale à função de sujeito e objeto ao mesmo tempo. O fato linguístico de uma vogal possuir o valor de um morfema faz com que adquira a marca de tonicidade, e forme por si só uma sílaba tônica. Nesse caso, para Anchieta, na língua tupinambá uma vogal isolada formava uma sílaba.

O terceiro parágrafo do excerto trata de um tema sobre a transcrição da língua tupinambá e o emprego de grafemas, comparando o português, o latim e o espanhol, em que Anchieta cita o galego como uma língua de contraste: “V. confoante ão ãe acha conforme â cõmum, & melhor pronunciação ãaluo nos que mudão, o, b. em v. como os gallegos, vt pro abâ, dizendo, auâ” (V consoante ão se acha conforme a [fala] comum, e a melhor pronúncia [é o b], salvo no que mudam o b em v, como os galegos, que dizem a-vá em lugar de a-bá). Essa

nota é uma explicação necessária para o leitor da gramática, tendo em vista que os vocábulos transcritos por Anchieta sempre usarão o v para o som vocálico u na língua tupinambá, e o v consoante sempre será tratado como b, diferentemente do uso dos galegos, e consequentemente da língua portuguesa.

Após a explicação dessas regras de transcrição, Anchieta apresenta o próximo fato linguístico da língua tupinambá: “Conforme â ifto, vâ, vê, fã difyllabos, vt apuâm, acuê, trifyllabos” (Conforme a isto, u-â, u-ê são dissílabos, como a-pu-âm, a-cu-ê, trissílabos). Note-se que essa regra gramatical se opõe à primeira regra gramatical apresentada, o que demonstra que o missionário buscou contrastar dois grupos de encontros vocálicos: oa e oe, que formam ditongos, mas que, por vezes, passam a ua e eu; e um segundo grupo de encontros vocálicos em u-a e u-e, que formam hiatos, apresentando pronúncia diferente. Nesse sentido, o gramático notou a diferença entre um u semivogal e um u vocálico na língua indígena.

Em relação às sílabas u-a e u-e, Anchieta também notou algumas exceções: “Excipe os verbos acabados em, v. os quaes no gerúndio, & participios, ára, ába, fã contractos, vt amopú, mopuábo, mopuára, mopuába, trifyllabos, Aú, vábo, vára, vába, difyllabos.” (Exceto os verbos acabados em u, os quais no gerúndio e participio âra e âba são contratos, como [no caso de] amopú, [que forma] mo-**puâ**-bo, e mopuára, [que forma] mo-**puâ**-ba, trissílabos. Aú, [que forma] **uá**-bo, uára, [que forma] **uâ**-ba, são dissílabos). O fato linguístico da contração de vogais ocorre nessas formas verbo-nominais, contrariando o padrão em que o encontro vocálico u-a e u-e não se ditonga, ou se contrai, conforme o gramático quinhentista.

Essa descrição de Anchieta serve ao propósito de interpor uma última nota em sua descrição teórica sobre esse fato linguístico, em que há a epêntese de um fonema velar aproximante, um /gu/, que podemos representar da seguinte forma: /w~gw/: “Nota que nestes acabados em, v. precedente vogal fe interpoem, g. & he melhor pronúncia, & mais facil, vt guábo, guára, guába, aimombeú, mombeguábo, mombeguára, mombeguába” (Nota que nestes acabados em u, precedendo vogal se interpõem g, e é a melhor pronúncia, e é mais fácil, como guábo, guára, guába, aimombeú, mombeguábo, mombeguára, mombeguába). O acréscimo da velar /gw/ facilitaria aos europeus pronunciarem os vocábulos na língua tupinambá, havendo uma contração de vogais, ou ditongação com esse acréscimo da velar. A gramática de Anchieta era também um método para facilitar a fala da língua indígena por

outros missionários, e mesmo normatizar a fala das crianças indígenas alfabetizadas nas missões indígenas.

Anchieta compara esse processo de contração, por fim, com a palavra “água” em português: “E alsi os que tem, gua. não fomentes neftes gerundios & verbais fe podem efcreuer com v. ficando fempre contractos, como *apud* nos, Agua, & alsi fe hão de pronunciar” (E assim os que tem gua, não somente nestes gerúndios e verbais se podem escrever com u, ficando sempre contratos como [se diz] entre nós água, e assim se devem pronunciar). E o fato linguístico pode se estender, por fim, como uma regra geral para a fala na língua tupinambá, o que entendemos como uma prescrição gramatical para o uso da língua: “Mas tambien em todas as mais dições de maneira que ora fe escreuão com, oa, ora, com, vâ, fempre fão cõtractos, vt jaguára, vel jagoara, trifyllabum” (Mas também em todas as vocábulos restantes de maneira que ora se escrevam com ao, ora com ua, sempre são contratos como jaguara, ou jagoara, trissílabo). O missionário buscava, pois, uniformizar a pronúncia da língua e sistematizar a contração de vogais.

5 Conclusão

O fato linguístico da contração de vogais na gramática de Anchieta é objeto de descrição, e prescrição gramatical, já na obra de Nebrija esse tema está descrito sob o conceito de “*sinalepha*” (sinalefa), que está no livro 2, CAP. VII, de *la sinalepha et apretamiento de las vocales* (Nebrija, 1744-1747 [1492], fol. 21v-22v). Anchieta era provável conhecedor do conceito gramatical greco-latino de sinalefa, ainda que não o empregue, assim como também não empregou o conceito de “*apretamiento*” (apertamento) de vogais, mas antes preferiu o termo “*contracto*” ao citar os casos percebidos na língua tupinambá, nos encontros vocálicos o-a e o-e/ (g)u-a e (g)u-e. Como um gramático do humanismo renascentista, o missionário não buscou apenas descrever as regras gerais e específicas, mas também prescrever uma solução gramatical para regularizar a língua.

Essa perspectiva de intervenção linguística do gramático caracteriza a gramática prescritiva do Renascimento, dos séculos XV e XVI, ecoando os primeiros humanistas que buscavam a forma mais elegante de se escrever em latim, no contexto itálico, eram gramáticos normativos. Para o gramático humanista, as variações linguísticas eram vistas como um jogo

especulativo, que deveriam ser interpretadas de forma analógica, e resolvidas pela simplificação de uma regularidade, ou regra gramatical. Havia, assim, o confronto entre as variações em uso, uma especulação teórica, e, por fim, a seleção da melhor forma de reduzir as variações, criando o que se tornaria o padrão da língua. No caso da língua tupinambá, o padrão gramatical para Anchieta era o modo que seria mais fácil para os missionários europeus conseguirem falar a língua. Sua obra gramatical era, dessa forma, uma gramática contrastiva entre o tupinambá, o latim, o português e o espanhol, sendo a língua indígena considerada um substrato no processo de colonização.

A língua tupinambá gramatizada seria empregada nas tarefas cotidianas da catequese e na educação de crianças indígenas, tornando-se a língua de tradução da doutrina cristã, uma língua para práticas letradas nas escolas de ler e escrever dos missionários, assim como a língua para a produção poética e teatral, também empregada no canto coral. Ainda que a língua tupinambá não tenha recebido o rótulo de língua geral à época de Anchieta, que preferiu o rótulo de “língua mais usada”, posteriormente, passou a ser chamada de língua brasílica, no século XVII. Era uma língua culturalmente de origem indígena, mas já efetivamente gramatizada pela metalinguagem ocidental, e assim apta para a especulação filosófica e teológica, quando ocorre a posterior tradução da doutrina cristã e do catecismo brasílico no século XVII.

Referências

ANCHIETA, J. **Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Edição crítica e comentada por Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1990 [1595]. Disponível em: https://pml.cel.utad.pt/ViewEntry.aspx?id_entry=89&uuid_pesquisa=de716bc5-a52e-489e-807c-2b5a07df40fa. Acesso em: 20 fev. 2025.

ASENCIO, J.; GONÇALVES, M. F. Terminologia gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros. **Revista Confluência**, v. 49, p 68-118, 2015. <https://doi.org/10.18364/rc.v1i49.80>.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

KALTNER, L. F. **O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl Von Martius** [recurso eletrônico]: estudos historiográficos. Ponta Grossa: Atena, 2020.

BAGNO, Marcos. **Uma história da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2023. 1. v.

BARROS, J. **Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha**. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971 (1 ed. Grammatica da lingua portuguesa. Olyssipone: *apud* Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/121489>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BUESCU, M. **Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI**. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

CAVALIERE, R. **História da gramática no Brasil: séculos XVI ao XIX**. Petrópolis: Vozes, 2022.

KOERNER, Ernst Frideryk. **Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados**. Edição e seleção de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: UTAD, 2014.

NEBRIJA, A. **Introductiones latinae**. Salamanca: Edición facsímil. Universidad de Salamanca, 1981 [1481].

NEBRIJA, A. **Grammatica castellana**. Edición contrahecha de la impresa en Salamanca. Edición contrahecha de la impresa en Salamanca : Typ. "Grammatica Castellana Ant. Nebrissensis, 1492. Madrid: s.n., ca. 1744-1747 [1492]. Disponível em: <https://archive.org/details/A336029/page/n9/mode/2up>. Acesso em: 20 fev. 2025.

OLIVEIRA, F. **Gramática da linguagem portuguesa**. Fac-simile, introdução e edição actualizada e anotada por José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013 [1536].

ZWARTJES, O. **Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil**. Amsterdam: John Benjamins, 2011. <https://doi.org/10.1075/sihols.117>.

Recebido em: 08.08.2025

Aprovado em: 30.01.2026